

Política, desenvolvimentismo e conservadorismo: a experiência democrática em Alagoas (1945-1964)

Politics, developmentalism and conservatism: the democratic experience in Alagoas (1945-1964)

Paulo Vitor Barbosa dos Santos*

Resumo: O período convencionalmente chamado de experiência democrática (1945-1964) marcou uma época de transformações significativas na sociedade brasileira, encerrando o Estado Novo e iniciando um processo de mudanças profundas, alicerçadas na promulgação da constituição de 1946. O processo de eleitoralização da política com o surgimento de diversos partidos nacionais, o crescimento dos movimentos sindicais e sociais, a emergência de múltiplas formas de organização social, fazem desse recorte temporal um período de intensas lutas políticas em torno do processo de modernização da sociedade brasileira. Em Alagoas este período foi marcado pela disputa de diversos projetos políticos, nosso objetivo é entender dois projetos específicos de modernização do Estado; o Nacional-Estatista, durante o governo de Muniz Falcão (1956-1961) com bases voltadas ao desenvolvimento e planejamento estatal, inaugurando reformas básicas nas áreas sociais; e o Liberalismo Conservador ensejado nos governos de Arnon de Mello (1951-1956) e Luiz Cavalcante (1961-1966), alicerçado nas tradicionais elites agrárias alagoanas, tendo por interesse conduzir a modernização com bases conservadoras.

Palavras Chave: Alagoas, modernização, desenvolvimentismo.

Abstract: The period conventionally called the democratic experience (1945-1964) marked a time of significant transformation in Brazilian society, ending the Estado Novo and initiating a process of profound changes, based on the promulgation of the 1946 constitution. The process of electing politics with the the emergence of several national

* Mestre em História (UFAL), Professor substituto do curso de História (UFAL), Professor efetivo da SEDUC-AL.

parties, the growth of trade union and social movements, the emergence of multiple forms of social organization, make this temporal cutback a period of intense political struggles around the process of modernization of Brazilian society. In Alagoas this period was marked by the dispute of several political projects, our objective is to understand two specific projects of modernization of the State; the National-Estatista, during the government of Muniz Falcão (1956-1961) with bases oriented to the development and state planning, inaugurating basic reforms in the social areas; and Conservative Liberalism in the governments of Arnon de Mello (1951-1956) and Luiz Cavalcante (1961-1966), based on the traditional Alagoan agrarian elites, with an interest in conducting modernization on a conservative basis.

Keywords: Alagoas, modernization, developmentalism.

Rupturas e permanências na redemocratização pós 1945

O período convencionalmente chamado de experiência democrática (1946-1964)¹ marcou uma época de transformações significativas na sociedade brasileira, encerrando o Estado Novo e iniciando um processo de mudanças profundas, alicerçadas na promulgação da constituição de 1946. O processo de eleitoralização da política com o surgimento de diversos partidos nacionais, o crescimento dos movimentos sindicais e sociais, a emergência de múltiplas formas de organização social, fazem desse recorte temporal, um período de intensas lutas políticas em torno do processo de modernização da sociedade brasileira.

Ao analisar essa temporalidade, é preciso observar que o contexto pós 1945 apesar de fomentar um processo de ruptura, encerrando uma ditadura de quinze anos, traz consigo significativas permanências que estarão imbricadas nas práticas sociais e políticas nacionais. A grosso modo, podemos elencar o movimento queremista pela continuação de Getúlio Vargas no poder; a manutenção das estruturas burocráticas, econômicas e sociais desenvolvidas durante o Estado Novo; o crescimento de um posicionamento nacionalista face ao intervencionismo norte-americano, marcando as permanências inerentes ao processo de transição para o Estado democrático de direito.

As rupturas também foram evidentes, o novo cenário mundial respirando a

¹Para uma visão aprofundada do período ver: (DELGADO; FERREIRA, 2008).

liberdade pós-guerra, não toleraria novamente o autoritarismo encarnado em Vargas. Tão pouco era possível não considerar uma emergente classe de trabalhadores que almejavam participar da política nacional, com objetivos que se delineavam em reivindicações legítimas. A participação popular não apenas como expectadora, mas força ativa social, opinando, tomando posições, inserindo-se organicamente nos embates políticos, pela primeira vez agitou o país e possibilitou diversas vicissitudes que marcariam as décadas seguintes. Ângela de Castro Gomes considera que,

O período da experiência liberal-democrática de 1945-64 é uma oportunidade de explorar o momento em que a sociedade brasileira viveu sua primeira experiência de eleitoralização da política. Ou seja, o período em que conheceu partidos políticos nacionais e de massa; em que experimentou eleições sistemáticas para o Executivo e o Legislativo (federal, estadual, e municipal); enfim, em que realizou o que se chama “aprendizado da política” eleitoral, em novos e mais amplos marcos. (GOMES, 2009, p.36).

Os ventos da mudança que traziam um universo novo ao cenário nacional, apesar das contradições já apontadas, ficaram plasmados na edificação de um sistema político pluripartidário. A instauração da democracia representativa fez surgir diversos partidos caracterizados pela diversidade de seus programas ideológicos. O contexto pós Segunda Guerra movimentava o jogo político para uma crítica aos regimes totalitários derrotados em 1945, a negação ao nazifascismo não harmonizava com a ausência de uma estrutura partidária nacional. Os grupos liberais, conservadores e de centro, - principais críticos do estadonovismo - beneficiados pela descentralização do poder e pela autonomia frente aos estados e municípios, uniram-se em torno da União Democrática Nacional (UDN).

Do lado oposto, estavam as siglas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social Democrata (PSD). “Enquanto o PSD reunia interventores estaduais que controlavam importantes aparatos administrativos e clientelísticos, o PTB tinha uma proposta mais diretamente dirigida às classes trabalhadoras”. (GOMES, 1987, p.4) Surgidos da engenharia política de Getúlio Vargas, cada agremiação possuiria um objetivo específico: o PSD, de cunho eminentemente conservador, teria por missão precípua garantir uma transição política controlada, que evitasse mudanças abruptas nos rumos políticos do país; o PTB estava encarregado de veicular a proposta trabalhista de Vargas em termos partidários.

De uma tradição anterior, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, construiu participação significativa no cenário político e de organização de massas – muitas vezes rivalizando com os petebistas - enfrentou a ilegalidade e a sistemática repressão ao longo das décadas de 1950 e 1960. Atuando clandestinamente depois de 1947, fora do jogo eleitoral, integrou as frentes nacionalistas na defesa das reformas de base.

UDN, PSD e PTB constituíram-se, portanto, fortes partidos estruturados no processo de redemocratização nacional. A tríade partidária seria responsável por fortes conflitos durante suas turbulentas trajetórias. Curioso é observar que os três partidos surgiram, paradoxalmente, ligados ao getulismo, por oposição ou adesão. Apesar da gênese em comum, os interesses e projetos de cada um, ficariam evidentes no decorrer das eleições de 1950 e 1954. A dobradinha PTB/PSD representando o projeto Nacional Estatista alcançaria vitórias importantes; do outro lado, os udenistas, acumulando derrotas, alimentavam seus anseios antidemocráticos. Fato verificado nas tentativas golpistas de 1950, 1954 e 1961, até 1964 quando do golpe civil- militar. Muitos dos udenistas, membros de oligarquias regionais e liberais de cunho conservador, sentiam-se excluídos do poder desde a Revolução de 1930, quando as velhas estruturas de poder local foram desalojadas pelo intervencionismo autoritário.

Nacional estatismo e liberalismo conservador em cena

A crise entre esses dois blocos aumentaria consideravelmente no transcorrer de 1960, desembocando num processo de radicalização dos discursos tanto de nacionalistas mais radicais (como Leonel Brizola) quanto de conspiradores declarados e histriônicos (como Carlos Lacerda). O conflito entre os antagônicos blocos, o Nacional-Estatista e o grupo Liberal-Conservador, estava prestes a chegar ao seu ápice. A consumação do ato foi o Comício das Reformas de Base no Rio de Janeiro.² Onde o então Presidente da República João Goulart, tomando posição frente às mudanças, desencadeou, alheio à sua vontade, um processo que culminaria num novo regime autoritário.

Para entender a dinâmica do conflito dos dois blocos, faz-se necessário caracterizá-los. Daniel Aarão Reis Filho elenca às características presentes do bloco Nacional-Estatista:

² Concentração realizada no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964, em frente à estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o Comício das Reformas, também conhecido por Comício da Central, reuniu cerca de 150 mil pessoas, incluindo membros de entidades sindicais e outras organizações de trabalhadores, servidores públicos civis e militares, estudantes etc. Tinha por meta demonstrar a decisão do governo federal de implementar as chamadas reformas de base e defender as liberdades democráticas e sindicais.

Um Estado controlador e intervencionista, quando não, ditatorial. Políticas públicas desenvolvimentistas e mercado regulado. Movimentos ou partidos, aglutinando diferentes classes sociais em torno de ideologias nacionais e de lideranças carismáticas, baseadas em alianças concertadas, ativas e conscientes, entre Estados, empresários privados e trabalhadores. (REIS FILHO, 2015, p.1)

Segundo o autor, “Nacional, pela ambição de tomar cada povo com uma única identidade. Estatal, por ser considerado o Estado o melhor instrumento histórico para articular a vontade nacional na direção de um processo autônomo de modernização”. As raízes do programa Nacional-Estatista brasileiro³ estariam fincadas no processo desencadeado pela Revolução de 1930 e teriam na figura de Getúlio Vargas seu motor propulsor:

A análise da Cultura Nacional-Estatista em sua gênese, por meio dos discursos de seu líder Getúlio Vargas, evidencia alguns dispositivos estratégicos, entre os quais são relevantes: a) Um estado centralizado e integrador, ao qual se subordinam todas as “particularidades egoísticas” - a ideia é assinalada como marca registrada de uma “nova era” b); um ideário nacionalista, unificador; c) O esteio das Forças Armadas [...] d) amplas alianças sociais, incluindo-se os trabalhadores urbanos e rurais, sempre sob vigilância e tutela; e) concepções de modernização e industrialização em nome das quais todos os sacrifícios são demandados; f) uma política externa de afirmação nacional. (REIS FILHO, 2014, p.19).

Portanto, a construção de um projeto nacional inauguraria uma nova etapa no processo de modernização, durante anos negligenciado pela República Velha e seu liberalismo excludente. A difusão desse programa só foi possível devido à cultura política do Trabalhismo que foi gestada no seio dessas transformações.

Entendemos por culturas políticas um campo amplo que abrange e articula crenças, símbolos, valores, ritos, mitos e ideologias. Trata-se de “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política” (BERSTEIN, 1998, p.350), desse modo,

³ Jorge Ferreira e Daniel Aarão destacam que o projeto Nacional-Estatista foi comum a vários países latino-americanos, como Argentina, México, Peru e Bolívia. (grifo nosso).

A cultura política constitui um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” [...] Esse conjunto se compõe de 1) uma base filosófica e doutrinal, 2) uma leitura comum do passado histórico 3) uma visão institucional 4) uma concepção ideal de sociedade 5) um discurso. (REIS FILHO, 2014, pp.350-351).

Nas décadas de 1950 e 1960, nenhum outro projeto alcançou tanto crescimento como o Trabalhismo, constituindo-se um polo aglutinador dos anseios progressistas e nacionalistas, crescendo e tornando-se uma forte tradição da cultura política nacional. Se em seu início tinha no getulismo seu norte principal, ao decorrer de sua trajetória será capaz de inserir-se firmemente no movimento operário, nas lutas dos trabalhadores, criando uma identidade própria e se tornando alternativa aos trabalhadores até para partidos como o PCB, que possuía grande influência na classe operária urbana.

O Nacional-Estatismo, encarnado na tradição do Trabalhismo, não só cresceu e agregou interesses, como se colocou como projeto político das frentes nacionalistas. Um Estado que fosse capaz de desenvolver um processo modernizador com justiça social e soberania, tendo o controle dos processos de transformações.

Contra essa concepção estavam as forças liberais conservadoras, receosas das mudanças que ameaçam seu *status quo*. Muitas aliadas do poder em 1930, reestruturavam-se em torno de um projeto distinto: frear o crescimento da politização dos trabalhadores, reconquistar ou manter suas antigas estruturas de poder, desatrelar do estado o protagonismo na condução das relações econômicas, associação aos capitais internacionais, não permitir as Reformas de Base, entre outras bandeiras. Longe de serem homogêneas, essas forças mostravam-se numa “condensação de várias correntes de oposição às reformas: das elites tradicionais – reacionárias – a grupos empresariais modernizantes. Aliavam-se também nessa ampla frente social boa parte das classes médias e até mesmo setores populares”. (REIS FILHO, 2014, p.37).

Existia, de fato, o medo de um Estado forte, centralizado e regulador das relações de trabalho, preocupado em afirmar as identidades dos trabalhadores e garantir direitos sociais. A figura desse estado protetivo com grande poder decisório, atingia em cheio as esferas de poder local, arraigadas pelo interior do Brasil. Superdimensionando o Estado, reduzia, em partes, o controle direto das elites locais sob o mundo do trabalho e as esferas administrativas e jurídicas. As grandes empresas multinacionais, preocupadas com o viés

nacionalista e reformista (como a Lei de remessa de lucros do governo Jango⁴) endossaram o coro antirreformista, assim como os empresários urbanos e os coronéis locais, desconfiados das novas leis regulamentadoras trabalhistas e da organização sindical. Setores de classe média e populares que compunham o bloco possuíam receios diversos, desde o medo de uma convulsão social provocada pelos atentados às tradições – leia-se a manutenção da velha ordem conservadora da família brasileira, até o fantasma do comunismo que rodeava os lares e ameaçava transformar o país numa “nova Cuba”.⁵

Os embates entre as duas frentes tornaram-se inevitáveis, os antagonismos evidentes e os grandes conflitos que permearam a radicalização dos anos 1960 colocaram em questão a disputa desses dois projetos. O Golpe de 1964 em “nome da democracia”, que ceifou o período da experiência democrática, não foi uma investida somente para tirar João Goulart e acabar com os “laços comunistas” e o intento reformista do presidente. Os golpistas queriam ir além, depor o presidente significaria tornar o projeto dos que conspiraram hegemônico, desse modo destruindo qualquer tentativa de modernizar o Estado pela via nacionalista progressista.

Dentro desse amplo cenário de transformações, nosso objetivo neste artigo é entender dois projetos específicos de modernização em Alagoas; o Nacional-Estatista, durante o governo de Muniz Falcão (1956-1961) com bases voltadas ao desenvolvimento e planejamento estatal, inaugurando reformas básicas nas áreas sociais; e o Liberalismo Conservador ensejado nos governos de Arnon de Mello (1951-1956) e Luiz Cavalcante (1961-1966), alicerçado nas tradicionais elites agrárias alagoanas, tendo por interesse conduzir a modernização com bases conservadoras.

Projetos em disputa; Alagoas e o contexto social e político das décadas de 1950 e 1960

⁴ Diante de um cenário econômico que apresentava perceptíveis dificuldades no gerenciamento das contas públicas e dos contratos externos, foi anunciada, em 30 de dezembro de 1962, a adoção de um novo modelo geral de orientação da política econômica do governo Jango. Elaborado pela equipe chefiada pelo ministro extraordinário do Planejamento, o economista Celso Furtado, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social procurou estabelecer regras e instrumentos rígidos para o controle do déficit público e refreamento do crescimento inflacionário. Dentre essas regras, a lei da remessa de lucros que considerava como capital nacional os lucros obtidos em atividades no Brasil e estabelecia o limite de remessas para o estrangeiro em 10% do total do capital registrado das empresas. A lei acabou por recrudescer o clima de radicalização política e de insolvência econômica que marcaria o final do governo João Goulart.

⁵ A vitoriosa experiência da Revolução Cubana (1959) que derrubou o governo do ditador Fulgêncio Batista, serviu em meados na década de 1960 como paradigma para as esquerdas brasileiras. A possibilidade de uma revolução socialista, ao molde dos caribenhos, espalhar-se por toda América Latina fazia os setores conservadores brasileiros, em especial grande parte das classes médias, desenvolver um feroz discurso contra a ilha e seu regime. Dois fatos aumentariam consideravelmente essa ojeriza, como a visita em fins de abril de 1959 de Fidel Castro ao Rio de Janeiro, e a controversa condecoração de Che Guevara com a “Ordem do Cruzeiro do Sul” em agosto de 1961 pelo presidente Jânio Quadros.

O período da experiência democrática em Alagoas tem início com Silvestre Péricles, governador entre os anos de (1947-1951), membro do clã oligárquico dos Góis Monteiro. Sua família ganha projeção nacional através da atuação de seu irmão Pedro Aurélio, ministro da Guerra de Vargas e responsável por debelar a Revolução Constitucionalista de 1932. Seu prestígio fará de seus outros dois irmãos interventores estaduais: Ismar e Edgar. A Revolução de 1930, iniciada por Vargas contra o jogo político das oligarquias locais, em Alagoas, teve paradoxalmente sua edificação na presença constante desse clã.

Silvestre lança-se candidato após dissidência⁶ entre os Góis Monteiro, sua opção revelaria um direcionamento por um Estado intervencionista e mais desembaraçado do mundo oligárquico, afinado com setores mais urbanos, muitos conservadores, descontentes por não participarem do universo político alagoano, incorporando também “as aspirações da baixa classe média (que) o colocam como representante desta e de um movimento operário tutelado pelo estado.”(TENÓRIO, 2007, p.147). O governo de Silvestre será marcado por inúmeros conflitos políticos, querelas com os poderes legislativo e judiciário, explosões de violências em redutos eleitorais e perseguição ao Partido Comunista, com empastelamento do jornal *A Voz do Povo*. O discurso silvestrista é marcado por intenso anticomunismo:

[...] Infelizmente, foi bem efêmero o período de harmonia e sossego no nosso campo político. Silvestre não escondia o seu firme propósito de luta sem quartel aos comunistas, e em constantes declarações a respeito do assunto, juntou também os comunistas, os deputados da UDN, que lhe faziam oposição. Anunciou mesmo estar organizando um exército alagoano anti-comunista para o que der e vier. (LIMA, 1979, p.45).

A virulência do autoritarismo silvestrista dirigida aos comunistas, udenistas e alguns outros inimigos políticos revela a ambiguidade das ações de seu governo, uma vez que se utiliza da violência clássica das facções oligárquicas como instrumento de combate. Seu ódio aos comunistas e aos udenistas, identificados no seu discurso como “udeno-comunistas”, provinha da aliança realizada entre o PCB e a UDN nas eleições estaduais de 1947, através da candidatura do udenista Rui Palmeira. Inconformado, Péricles guardou um profundo rancor do episódio, dizia “que Alagoas era o único Estado em que as forças vitoriosas do movimento de 30 não ocuparam o poder”. (TENÓRIO, 2007, p.102).

⁶ Como rebento dissidente dos Góis Monteiro, Silvestre não apoiaria a preterição de seu nome ao governo durante a vigência do Estado Novo, nem o apoio de seus irmãos Ismar e Edgar a escolha de Osman Loureiro como interventor.

Silvestre, militar como seus irmãos, revestia-se à *sui generis* do discurso tenentista, na noção de um governo centralizador forte e na implantação da legislação trabalhista, tutelada pelo Estado. Seu governo, no entanto, não avançaria nas questões sociais, apesar de ter apoio de sua “poeira de ouro”.⁷ Sua desastrosa atuação na esfera das relações políticas e institucionais cristalizaram-se como marcas indeléveis de um período sangrento, levando seu irmão Ismar a vaticinar “O demônio anda solto em Alagoas: não para, não cansa, enlutando lares, ceifando vidas, traz a família alagoana em constante sobressalto” (LIMA, 1979).

Silvestre não representará, apesar do seu inegável apoio popular, um projeto dirigido ao desenvolvimento de Estado com participação social, seu *modus operandi* marcado pelos constantes confrontos e intolerâncias diversas, afastará paulatinamente seus aliados e eleitores, e suplantará o ideário original do tenentismo nacionalista, baseados na intervenção estatal na economia, eliminação do latifúndio e desenvolvimento das leis trabalhistas. (PANDOLFI, 2008, p.22)

Apesar de ser considerado “a primeira liderança do trabalhismo alagoano” (TENÓRIO, 2007, p.121), sua atuação nas hostes trabalhistas foram limitadas. O aprofundamento dessas relações será percebido só com o advento de Muniz Falcão, governador entre 1956 e 1961, representando em nível local o projeto Nacional-Estatista. Este, pernambucano de Araripina, trazido pelos Góis Monteiro em 1942 para assumir o posto de Delegado do Trabalho e aplicar efetivamente a legislação trabalhista em Alagoas. Sua atuação de fiscalizador do trabalho, num estado predominantemente oligárquico será um dos motivos do ódio mortal que a elite conservadora destilará durante toda sua trajetória. Tendo sua imagem ligada ao clã Góis Monteiro, Muniz Falcão herdará todos os ódios dirigidos ao silvestrismo, todavia,

A diferença entre Muniz e Silvestre é que, apesar de ambos serem personalistas e cultivarem o apoio da massa, o primeiro é mais estruturado, menos dependente das influências locais e com um sentimento de futuro mais forte. Sua consciência ideológica em torno do confronto de classes é mais perceptível, mesmo optando em não aprofundar a questão, para não ultrapassar uma linha de fronteira que não é seu território. Ele sabe que a construção de sua carreira pública não dependeu de pessoas ou grupos familiares, mas dele próprio, escolhendo o caminho que lhe pareceu mais correto, segundo sua consciência moral. Nessa trilha,

⁷ Silvestre consagrou a expressão “poeira de ouro” para designar o seu fiel eleitorado pobre.

entende, ademais, que é preciso dar respostas objetivas aos problemas surgidos pela modernização, visando ao que era a pedra filosofal da época: o desenvolvimento econômico. Daí sua luta sincera, buscando reformar a estrutura social vigente em Alagoas, que considera atrasada, elitista, oligárquica, ultrapassada. (TENÓRIO, 2007, p.197).

Dissuadido, em sua genealogia, das linhas oligárquicas alagoanas – apesar das relações com o dissidente Góis Monteiro – Muniz inaugurará um projeto político, dentro de suas limitações, de planejamento e modernização do Estado. O discurso desenvolvimentista tem fortes ligações com o cenário nacional. No mesmo período, Juscelino Kubitschek anunciava seu plano de metas “50 anos em 5”, com vistas a incentivar a industrialização e dinamizar a economia. Muniz, alinhado à dimensão desenvolvimentista nacional, trará um discurso reformista preocupado com os novos problemas ensejados pelas rápidas mudanças que marcam os anos 1950/1960.

O individualismo cego que ainda se observa em certos grupos da sociedade contemporânea, não pode resistir ao impacto das transformações sociais impostas pelo Estado Moderno. Uma nova consciência política se forma em todas as classes e a compreensão desse fenômeno é vital para a sobrevivência do próprio regime. É preciso entender que os bens da sociedade não devem ser apenas privilégios dos poderosos, mas usufruídos por toda comunhão humana. (OLIVEIRA, 2010, p.69).

Para as elites alagoanas, seu discurso reformista-trabalhista era uma afronta, significava propor alterações alinhadas com o desenvolvimento tutelado pelo Estado. A defesa da participação estatal em causas sociais e trabalhistas era visto com receio e repulsa por colocar como ordem do dia mudanças que pretendiam mexer no secular patrimonialismo no qual a coisa pública sempre foi gerida.⁸ Mesmo não “ultrapassando a fronteira de seu território”,⁹ sua atuação será a efetiva experiência do trabalhismo em Alagoas, capaz de agregar tanto usineiros e coronéis do sertão como comunistas, numa frente ampla, com um projeto nitidamente progressista.

⁸ Sobre o assunto ver: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Edição comemorativa 50 anos. 4.ed. São Paulo: Globo, 2008.

⁹ O que significava enfrentar os evidentes conflitos entre os trabalhadores e os setores oligárquicos.

Com uma visão progressista e reformista, próximo do que João Goulart faria entre 1961 e 1964, Muniz Falcão atraiu para perto de si todo o contingente de trabalhistas, socialistas e comunistas alagoanos. Estes últimos em especial, pois seu mandato foi o único momento em que o PCB e seus militantes não foram perseguidos e o jornal *A Voz do Povo* funcionou normalmente. Muniz Falcão tentou atrair e conseguir apoio de parte da elite. Ou pelo menos neutralizá-la. Em especial, os industriais, entre os quais se destacavam os produtores de açúcar e os têxteis. (MOURA, 2012, p.73).

Estabelecendo o diálogo, defendendo a liberdade de imprensa e principalmente planejando o Estado, Muniz tornou-se a primeira experiência alagoana, e uma das primeiras do país de “planejamento sistemático”, cristalizando no Estado a expressão “modelo de desenvolvimento” através de um plano governamental com definição de objetivos e estratégias de ação” (TENÓRIO, 2007, p.218). Muniz, dessa forma, identificou-se com a proposta Nacional-Estatista, no sentido que, através de sua atuação trabalhista, compôs alianças para um processo de unificação em torno da modernização e do progresso, tendo como tutor e fiscalizador dessas transformações o próprio Estado.

Sua atuação, contudo, será alvo de constantes ataques. No primeiro ano de seu mandato, propôs a Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde,¹⁰ taxando a produção de açúcar para realização de melhorias no Estado. Essa medida reformista será um dos motivos que levará seus adversários a iniciarem uma campanha pelo seu *impeachment*. No dia 13 de setembro de 1957, dia da votação do impedimento de Muniz, um violento tiroteio é deflagrado em plena Assembleia Legislativa, exemplo radical do confronto entre os liberais conservadores e o bloco trabalhista. Afastado do governo, Muniz só retornaria em 24 de janeiro de 1958. Alguns anos depois em 1965, Muniz Falcão elege-se novamente governador, porém é mais uma vez preterido em face da não homologação do seu nome pela Assembleia Legislativa.

Se o bloco Nacional-Estatista tem sua atuação em Alagoas através da figura trabalhista de Muniz, é importante destacar que não é do esteio do PTB que trabalhistas terão sua maior representação, mas do Partido Social Trabalhista (PST), agremiação que será a base para a posterior estruturação do PTB em Alagoas. O papel do PST, entretanto, seria após a saída de Muniz em 1954 substituído pela atuação do Partido Social Progressista

¹⁰Lei 2.013, de 22/10/1956, tinha o intuito de “fomentar as atividades econômicas e promover o desenvolvimento dos serviços de educação em saúde pública do Estado”. (Art.1º) Cf. TENÓRIO, p.254.

(PSP).¹¹ Em 1962, a bancada pessepista contava com 7 deputados estaduais (SÁ JÚNIOR, 2008, p.199), adquirindo expressão e se consolidando como bloco nacional trabalhista em detrimento da liderança nacional do PTB e da própria Frente Democrática Trabalhista alagoana, composta pelo PSD-PTB-PRP.

Do lado liberal-conservador, Arnon Afonso de Farias de Mello, governador entre os anos de 1951 e 1956 pela UDN, pertencente à classe oligárquica do açúcar, chegou ao governo com um discurso modernizador e pacificador, utilizando como contraponto a administração caótica de Silvestre Péricles. Seu discurso visava criar “um clima de tranquilidade, indispensável à recuperação do Estado após a fase de terríveis agitações e arbitrariedades que vencera” seu intuito era combater “a ligação entre a noção de governo e violência característica do governo anterior”.(OLIVEIRA, 2010, p.61) Apesar de sua retórica apontar para a “paz”, manteve como no governo anterior, ostensiva perseguição aos comunistas, utilizando da mesma truculência no empastelamento do jornal *A Voz do povo*. Denunciavam os comunistas

Arnon não pode continuar! É uma afronta ao povo que ele quis mergulhar numa ditadura militar fascista. Fora com esse golpista salteador de jornais. [...] Avante com a Voz do Povo! Tudo pela renúncia do golpista Arnon! Exijamos a punição dos golpistas assaltadores de jornais democratas e populares! (A VOZ DO POVO, 1955, p.1)

Arnon representava o discurso do falso liberalismo udenista, compromissado muito mais com a ofensiva conservadora na manutenção das velhas estruturas sociais de dominação do que com uma mentalidade progressista e não autoritária. Seu governo coincide na esfera federal com a volta de Vargas ao poder, período em que a radicalização e os intentos golpistas udenistas afloram na política nacional.

A UDN alagoana tinha a mesma concepção do diretório nacional: o partido das elites, dos bacharéis, com a presença de alguns jornalistas e parte das Forças Armadas. A postura decisiva contra os trabalhadores e contra seus opositores trabalhistas e comunistas seria um traço marcante de sua atuação. Mas a UDN alagoana era principalmente o partido das elites agrárias, ligadas ao açúcar e descendentes dos senhores de engenho,

¹¹ Fundado em São Paulo por Ademar de Barros, em junho de 1946. Criado a partir do Partido Republicano Progressista, presidido pelo mesmo Ademar, foi o resultado de uma fusão que além do PRP juntou o Partido Agrário Nacional (PAN) e o Partido Popular Sindicalista (PPS), instinto pelo AI-2 em 1965.

com os bacharéis e jornalistas filiados ao partido forjando uma faceta liberal e moderna dentro desta UDN fortemente agrária e conservadora. (COSTA, 2013, p.44).

Surgido no seio das elites agrárias, Arnon personificou o projeto liberal-conservador, ao mesmo tempo que desenvolveu projetos como a integração dos municípios através de investimentos rodoviários, criação da Companhia de desenvolvimento de Alagoas (CODEAL), criação do Banco do Estado de Alagoas (PRODUBAN) possibilitando um significativo avanço nas questões de desenvolvimento do estado – diga-se de passagem, uma modernização conservadora¹² – não abre mão da utilização da repressão às causas sociais e dos interesses da classe que representa.

Prestigiei o trabalhador sem pretender destruir o patrão, pois no bom entendimento entre o trabalho e o capital está, dentro do nosso regime, o interesse de ambos [...] As classes produtoras sempre mereceram de mim todo o acatamento. Não cuidei apenas de fazer o bem, mas procurei sempre evitar e neutralizar o mal, prevenindo acontecimentos e reduzindo ou fazendo desaparecer consequências deles que não se ajustassem à tranquilidade dos alagoanos. (OLIVEIRA, 2010, p.64).

Seu discurso pela paz, renovação, liberdade e progresso é na verdade a defesa de uma alternativa de desenvolvimento do estado que não estivesse atrelada à participação social, conduzida pelas velhas elites agrárias, agora revestidas de facetas modernizantes. Os grupos liberais conservadores que surgem pós 1945, grande parte oriundo das antigas estruturas agrárias, tentavam a todo custo se manterem como os condutores dos processos de transformação social e econômico emergentes. Essa meta entraria em choque com qualquer projeto que visasse propor novos caminhos no desenvolvimento nacional, principalmente aqueles que possuíam estreita relação com a abertura para participação política de trabalhadores, ampliando o escopo democrático fora do universo demagógico discursivo.

Desse modo, para Arnon, manter a “tranquilidade” e a ordem, é nada mais do que conservar o predomínio das antigas teias de poder, alicerçadas tão firmemente na

¹²O conceito “Modernização Conservadora” é trabalhado por Barrington Moore (1975), para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários.

configuração de um Estado autoritário e oligárquico. Muitos membros de seu partido, a UDN, serão os primeiros a identificaram-se com o golpe civil-militar de 1964.¹³

Luiz de Souza Cavalcante, o “Major Luiz”, eleito pela coligação (UDN-PL), 1961-1966, será o último governador antes da instauração da ditadura militar, e dará continuação ao projeto liberal-conservador de Arnon. Sua eleição após a gestão de Muniz Falcão foi concretizada devido ao racha que marcou as eleições em 1960 no lado nacional trabalhista, que no pleito apresentou três candidaturas independentes, Abrahão de Fidélis Moura (PSP), Silvestre Péricles (PDC) e Ari Pitombo (PTB-PSD). A volta da UDN ao poder estadual representou nas áreas sociais um intenso retrocesso na política de conciliação desenvolvida por Muniz Falcão.

Luiz Cavalcante, à medida que representava um bloco composto por liberais conservadores, oligarquias ligadas ao setor agrário e um segmento militar igualmente conservador, promoveu uma política que ainda que retoricamente se dirigisse “as classes trabalhadoras”, excluía a estas últimas, de forma que as mobilizações empreendidas pelos trabalhadores, organizados em sindicatos ou não, eram muitas vezes tachadas de subversão, ou de comunização. (COSTA, 2013, p.64).

Apesar da sua ótica repressiva no campo trabalhista, Cavalcante, assim como seu antecessor udenista, procurou elaborar um projeto de modernização do estado. Em 1962, lança o Plano Trienal com o intuito de racionalizar a administração pública “procurava transformar Alagoas num Estado com projeção nacional no que se refere à gestão de alguns setores, como: Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social.”. Ainda segundo Costa:

Os grandes objetivos a serem alcançados com a execução do plano estavam divididos em: melhoria das condições do homem, incluindo saneamento, saúde pública, habitação, serviço social, educação e cultura, recreação, justiça e segurança. No campo da Infraestrutura foram contempladas a implementação de energia elétrica e rodovias, além da expansão agrícola e industrial, tendo como metas específicas o desenvolvimento agrícola, o desenvolvimento industrial e o Banco da

¹³ É o caso dos deputados, Afrânio Lages, Oséas Cardoso, Siloé Tavares, Areski Freitas, Antônio Gomes de Barros, Manoel Sampaio Luz, Jorge Duarte Quintela Cavalcante, Luiz de Souza Cavalcante, entre outros, são exemplos de udenistas que viriam a integrar a ARENA.

Produção. (COSTA, 2013, p.61).

Essas medidas, aliadas à intensa repressão aos movimentos sociais, objetivavam manter o controle de uma sociedade que anos antes experimentara no Governo de Muniz significativo avanço e incentivo ao desenvolvimento de Alagoas, com base no diálogo com as classes baixa e média. O alargamento das obras nas diversas áreas que compunham o Estado visava um modelo de desenvolvimento excludente, que tutelava as transformações de cima para baixo. No campo rural, o desenvolvimento proposto aliava-se à uma concepção de constante controle e repressão, frequentemente denunciados:

Mais das vezes (sic) temos denunciado as arbitrariedades e as inomináveis violências de que tem sido vítimas os trabalhadores rurais em nosso Estado. Para o governo do sr. Luiz Cavalcanti, a organização dos trabalhadores de campo em sindicatos é crime inafiançável, para cuja execução, a sua política está sempre atenta, para juntamente com os vigias e capangas dos usineiros e latifundiários prender e espancar camponeses [...] Este é o governo de paz, cujas reivindicações dos camponeses, operários e estudantes é pura e simplesmente um caso de polícia. (A VOZ DO POVO, 1963, p.1).

A mínima organização dos trabalhadores do campo para o bloco liberal conservador poderia ser o embrião que germinaria na defesa da Reforma Agrária, espectro tão ameaçador para as classes produtoras ligadas à monocultura da cana-de-açúcar. Além do mais, o vizinho estado pernambucano na década de 1960 despontava com a politização rural através das Ligas Camponesas.¹⁴ A questão do campo, desta forma, era um ponto delicadíssimo na condução da modernização do Estado.

Luiz Cavalcante e Arnon de Mello, ambos relacionados aos estratos agrários, incentivaram o progresso econômico, fornecendo as mínimas estruturas para um desenvolvimento controlado, mas sempre com a eterna vigilância de não permitir a quebra do equilíbrio da sociedade patronal que representavam. O modo autoritário com que os liberais conservadores conduziram as transformações no Estado e os movimentos sociais será um dos fatores importantes na identificação e adesão quase imediata ao golpe de 1964, assim como no protagonismo que esse bloco exercerá na condução da ditadura militar em

¹⁴As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

Alagoas. Para o bloco nacional-trabalhista e para os setores progressistas, a consolidação dos conservadores no poder desencadeou um processo de declínio e recuo da politização e das lutas sociais.

Considerações finais

As rápidas transformações que marcaram a segunda metade do século XX, assinaladas pelo pós-guerra, tiveram grande influência no contexto social-político nacional. O novo cenário político brasileiro surgia de uma relação complicada entre rupturas e permanências da ditadura estadonovista que o precedeu. Deste esteio múltiplas formas de organização social articulam-se, emergem novos partidos, movimentos sociais reorganizam-se, estudantes, trabalhadores adentram com suas reivindicações na luta por um país democrático. O tempo da “experiência democrática” apesar de sua curta duração (1945-1964), não pode ser visto como um intervalo opaco entre duas ditaduras. Se as permanências estão presentes no ranço autoritário consolidado na constituição de 1946 e no tratamento discricionário às formas de organização social no decorrer das décadas de 1940 e 1950. Também as rupturas podem ser percebidas, numa articulação significativa de diversos grupos sociais que ganham voz no novo cenário político, e colocam seus respectivos projetos em debate. No ínterim dessas transformações, projetos antagônicos entram em confronto pela modernização do país, do qual podemos destacar o Nacional Estatista, que teve sua atuação cristalizada através da cultura política trabalhista, tendo o PTB como instrumento de militância. E o projeto liberal conservador, que agregou no seu seio diversas elites políticas marcadas pelo discurso antivarguista, cuja atuação udenista foi de grande destaque.

Em Alagoas o período será marcado por constantes conflitos, que perpassam desde à administração turbulenta de Silvestre Péricles, à gestão nacional desenvolvimentista de Muniz Falcão. Momento o qual a formação de um bloco progressista em torno de sua figura será fundamental para a primeira experiência efetiva da cultura política trabalhista na conjuntura alagoana, agregando trabalhadores, comunistas e demais classes populares. Em contraponto ao projeto político trabalhista, o bloco liberal conservador composto por membros das tradicionais oligarquias agrárias, exemplificados nos governos de Arnon de Mello e Luiz Cavalcante, estabeleceram um itinerário “modernizador” ao estado, aliando um projeto de desenvolvimento e repressão social, marcado pelo conservadorismo e pela perseguição a diversos grupos sociais (comunistas, sindicalistas, jornalistas, etc.).

As duas décadas que antecedem o golpe civil-militar de 1964, dessa forma, constituem-se como um importante período para o entendimento das transformações sociais e políticas alagoanas. Podemos caracterizá-las como um verdadeiro campo de experiências, onde o embate e as contradições inerentes ao processo de modernização, tornaram-se o esteio de diversas lutas políticas. Esse período, ainda que de forma limitada, representou um momento único de organização social e política (atuação sindical, estudantil, militância de esquerda, etc.). Efervescência essa que será duramente reprimida com o advento da ditadura militar – catalisadora direta da consolidação de um modelo de desenvolvimento excludente e conservador.

Referências bibliográficas

A VOZ DO POVO. *O Assalto A Voz do Povo e a renúncia de Arnon*. Maceió: 11 de dez. de 1955. Ano X, número 13.

_____. *Sindicalização Rural em Alagoas é caso de Polícia*. Maceió. 20 de out. 1963. ANO XVII, Nº 39.

BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: *Para uma História Cultural*, Orgs: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean François. Lisboa, Editora Estampa, 1998.

COSTA, Rodrigo José da. *O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado em História, UFPE, Recife: 2013.

GOMES, Ângela de Castro. *Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República*. In: *Mitos, projetos e práticas políticas; memória e historiografia*. (Orgs): SOIHET, Rachel, ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, AZEVEDO, Cecília, GONTIJO, Rebeca. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

_____. D' ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo: Tensões e Dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV, 1987.

LIMA, Mário de Carvalho. *Sururu Apimentado: Apontamento para a história política de Alagoas*. Maceió, EDUFAL, 1979.

MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhistas urbanos em Alagoas (1951-1961)*. Dissertação de mestrado em História, UFPE, Recife: 2012.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: As incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil Republicano: O tempo do Nacional*

Estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma Cultura política: O Nacional Estatismo*. Disponível em <http://danielaaraoreis.ig.com.br/?tag=estado>. Acesso em 03 de abr, 2015.

_____, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SÁ JÚNIOR, Heider Lisboa de. *A Justiça Eleitoral em Alagoas*. Maceió: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, 2008.

SALDANHA, Alberto. Governadores Alagoanos e os “Tempos de Antes”. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, Ano I, nº 1, Junho, 2010.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão* – 2ª ed. Maceió: Edufal, 2007.



Recebido: 4 de outubro de 2017

Aprovado: 22 de novembro de 2017